

## REFORMA PROFUNDA DO ENSINO BRASILEIRO

Precisamos de uma REFORMA PROFUNDA DO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO - E DA CONSEQUENTE EDUCAÇÃO CIDADÃ – que é, *conditio sine qua non*, para solucionar, primordial e permanentemente, os graves problemas socioeconômicos que mancham nosso País.

Assim, para começar, a melhoria do ensino deve ser indicada em lei pétrea, de preferência na constituição, como a prioridade das prioridades de ação dos governos brasileiros ao longo dos tempos e em todos os níveis (*federal, estadual e municipal*) e poderes, prioridade esta que deve ser atendida começando pela valorização dos professores e de todos os auxiliares, diretos e indiretos, através de bons salários e apoio consistente, dentro de um sistema de avaliações periódicas e objetivas para premiar, anualmente, os professores, cursos e instituições que atingirem metas pré-estabelecidas e, com destaque, os dez melhores resultados

pedagógicos obtidos nos exames gerais ENEM, VESTIBULAR, PISA, etc.

Assim, ao contrário do que costuma ocorrer, a PEC 241 de TETO ORÇAMENTÁRIO DE GASTOS aplicada à área de ensino, pesquisa, cultura públicas deve ser não só respeitada integralmente como receber aportes adicionais de verbas sempre que existirem projetos avaliados e definidos como essenciais à manutenção e à melhoria geral do sistema educativo.

Deve ser lembrado e reiterado, em todo e qualquer governo, a necessidade de cumprimento do dispositivo constitucional de laicidade na ação educativa o que quer dizer que o ensino, a pesquisa e a cultura envolvidos no processo de educacional público não podem ser objeto de catequeses deletérias para a democracia impondo ao alunado ideologias religiosas ou políticas, mas que, por outro lado, nenhum professor, cientista, técnico, etc., poderá ser perseguido, meramente, por suas ideias e convicções pessoais.

01/06/2019